

“ESCOLAS DO FUTURO” DE FLORIANÓPOLIS E LETRAMENTO DIGITAL: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS NORMATIVOS?

"SCHOOLS OF THE FUTURE" OF FLORIANÓPOLIS AND DIGITAL LITERACY: WHAT DO THE NORMATIVE DOCUMENTS SAY?

"ESCUELAS DEL FUTURO" DE FLORIANÓPOLIS Y ALFABETIZACIÓN DIGITAL: ¿QUÉ DICEN LOS DOCUMENTOS NORMATIVOS?

Patricia Amelia Martins Palharin¹

Martha Kaschny Borges²

Código DOI

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar qual o conceito de Letramento Digital que fundamenta a política educacional que institui as “Escolas do Futuro” pela Prefeitura Municipal de Florianópolis. Para isso, recorrendo ao método da Análise de Conteúdo, analisamos os documentos relacionados a essa política educacional, articulando-os aos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das quatro “Escolas do Futuro”. Constatamos que o conceito de Letramento Digital apresenta diferentes configurações: nos dois documentos publicados pela Secretaria Municipal de Educação e nos PPP de duas Escolas do Futuro, Letramento Digital é considerado uma das linguagens que serão desenvolvidas no intuito de formar indivíduos autônomos e críticos, enquanto nos outros dois PPP o conceito nem chega a ser mencionado. Diante disso, verifica-se a necessidade de promoção de ações, tanto práticas como teóricas, que fundamentem as práticas educativas de maneira consciente, consistente e emancipatória.

Palavras-chave: Letramento Digital. Ensino Fundamental. Pesquisa Documental. Escola do Futuro.

Abstract

The objective of this article is to analyze the concept of Digital Literacy that underpins the educational policy establishing the "Schools of the Future" by the Municipal Government of Florianópolis. To this end, using the Content Analysis method, we examined the documents related to this educational policy, linking them to the Political-Pedagogical Projects (PPP) of the four "Schools of the Future." Our findings indicate that the concept of Digital Literacy presents different configurations: in the two documents published by the Municipal Department of Education and in the PPP of two Schools of the Future, Digital Literacy is considered one of the languages to be developed with the aim of forming autonomous and critical individuals. However, in the other two PPP, the concept is not even mentioned. In light of this, there is a

¹ Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. E-mail: ppalharin@uol.com.br | Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-9768-0885>

² Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. E-mail: martha.borges@udesc.br | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2420-0598>

need to promote both practical and theoretical actions that substantiate educational practices in a conscious, consistent, and emancipatory manner.

Keywords: *Digital Literacy. Elementary Education. Documentary Research. School of the Future.*

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar cuál es el concepto de Alfabetización Digital que fundamenta la política educativa que instituye las “Escuelas del Futuro” por parte de la Municipalidad de Florianópolis. Para ello, recurriendo al método del Análisis de Contenido, analizamos los documentos relacionados con esta política educativa, articulándolos con los Proyectos Político-Pedagógicos (PPP) de las cuatro “Escuelas del Futuro”. Constatamos que el concepto de Alfabetización Digital presenta diferentes configuraciones: en los dos documentos publicados por la Secretaría Municipal de Educación y en los PPP de dos Escuelas del Futuro, la Alfabetización Digital se considera como uno de los lenguajes a desarrollar con el objetivo de formar individuos autónomos y críticos, mientras que en los otros dos PPP el concepto ni siquiera se menciona. Ante esto, se verifica la necesidad de promover acciones tanto prácticas como teóricas que fundamenten las prácticas educativas de manera consciente, consistente y emancipadora.

Palabras-clave: *Alfabetización Digital. Educación Primaria. Investigación Documental. Escuela del Futuro.*

Introdução

As discussões sobre o Letramento Digital vêm sendo feitas no Brasil desde a primeira década dos anos 2000 e, atualmente, estão ganhando maior visibilidade, principalmente depois da aprovação Lei nº 14.533/ 2023 (Brasil, 2023), que instituiu a Política Nacional de Educação Digital (PNED). Criada com o intuito de ampliar as políticas públicas de acesso da população brasileira aos recursos e às ferramentas digitais, tal lei confirma a necessidade da implementação de uma educação integrada à cultura digital. No documento, o Letramento Digital é apontado como um dos pilares da educação digital. Isso está explícito em seu art. 3º, o eixo “Educação Digital Escolar”, no qual se afirma que o objetivo é “[...] garantir a inserção da educação digital nos ambientes escolares, em todos os níveis e modalidades, a partir do estímulo ao Letramento Digital e informacional e à aprendizagem de computação, de programação, de robótica e de outras competências digitais ”(Brasil, 2023).

Nesse contexto, consideramos oportuna a realização de pesquisas que se dediquem a investigar as políticas públicas que estão sendo implantadas que buscam promover o Letramento Digital na educação básica, de modo a garantir às crianças e ao jovens uma formação condizente com as demandas da sociedade contemporânea. E foi com esse intuito que nos aproximamos do modelo de unidade educativa

criado pela Secretaria de Educação do município de Florianópolis (SC), denominado “Escola do Futuro”, cuja inauguração das duas primeiras unidades foi noticiada pela imprensa local com grande entusiasmo:

Uma nova forma de enxergar e trabalhar a Educação vai ganhando corpo em Florianópolis. Desde fevereiro deste ano, duas escolas-modelo devem qualificar ainda mais os estudantes da rede municipal de ensino. Isso porque a Escola do Futuro, que oferece o ensino quadrilíngue — português, inglês, Língua Brasileira de Sinais (Libras) e **Letramento Digital** (ler, escrever e interpretar informações, códigos e sinais com dispositivos digitais) —, além de projetos como Clube de Esportes, Clube do Empreendedor e Clube de Ciências e Robótica, teve duas unidades inauguradas pela prefeitura: Ratonas, no Norte da Ilha, e Tapera, no Sul da Ilha (Com escolas..., 2020, grifos nossos).

De acordo com o Decreto nº 20.763/2019 (Brasil, 2019a), “Escola do Futuro” é a denominação atribuída às unidades educativas de ensino fundamental destinadas a oferecer educação em tempo integral. Atualmente, Florianópolis conta com quatro Escolas do Futuro: EBM Osvaldo Machado, localizada no bairro de Ponta das Canas; Escola do Futuro da Tapera, localizada no bairro da Tapera; EBM Mâncio Costa, localizada no bairro de Ratonas, e EBM Osmar Cunha, localizada no bairro de Canasvieiras.

A existência da política educacional que institui as Escolas do Futuro nos mobilizou a realizar a pesquisa apresentada neste artigo, a qual visa responder o seguinte questionamento: qual o conceito de Letramento Digital que fundamenta esse modelo de unidade educativa?

1 Letramento Digital na Educação Básica

Magda Soares, pesquisadora brasileira que se destaca nas discussões sobre alfabetização e o letramento, define o Letramento Digital como “[...] um certo estado ou condição que adquirem os que se apropriam da nova tecnologia digital e exercem práticas de leitura e de escrita na tela, diferente do estado ou condição – do letramento – dos que exercem práticas de leitura e de escrita no papel” (Soares, 2002, p. 151).

Lacerda (2019), ao apresentar e analisar definições de Letramento Digital elaboradas nas últimas décadas (conceitos situados cronologicamente, entre 1997 e 2016), notou a existência de perspectivas sobre o uso de tecnologias digitais (TD) ainda atreladas ao ato de ler e de escrever por meio do suporte digital e intrinsecamente relacionadas ao ato de adquirir habilidades e competências por meio do uso de

tecnologias, dando ideia de uma necessidade técnica para inclusão no mundo digital. De acordo com o autor, “[...] é constante uma pressão para que as instituições utilizem as TIC como ferramentas para atualizar a prática pedagógica, em virtude das necessidades e anseios dos alunos, porém essas práticas pedagógicas [...] não envolvem agenciamentos, agentividades, inovação, empreendedorismo, protagonismo etc. [...]” (Lacerda, 2019, p. 118).

Heinsfeld e Pischetola (2019) corroboram com a afirmação de Lacerda (2019) ao analisarem as percepções de tecnologia presentes no Plano Nacional de Educação 2014-2024 e do Programa de Inovação Educação Conectada. Ao examinarem o discurso presente nesses documentos, as autoras concluíram que, embora haja apontamentos em direção a perspectivas socioculturais, ainda prevalece um pensamento determinista, caracterizado por considerar os aspectos da tecnologia como “artefato técnico” autônomo, em que a mera exposição às tecnologias seria capaz de desencadear os efeitos esperados.

A perspectiva sobre as tecnologias como “artefato sociocultural” (Heinsfeld; Pischetola, 2019), que considera as tecnologias como produtos da cultura, está ligada à ideia de que “[...] a evolução e o desenvolvimento dos artefatos não refletem somente uma evolução técnico-econômica, mas também as relações entre os sistemas e os ambientes em que se inserem [...]” (Heinsfeld; Pischetola, 2019, p. 4). Segundo as autoras, isso significa considerá-las sob outros aspectos, que vão além da descrição do que são, para que servem e de como utilizá-las, e tentar entendê-las como objetos e práticas que possuem uma dimensão material, funcional e também simbólica e estética. Sob esta perspectiva, espera-se que “[...] a incorporação das tecnologias digitais em sala de aula desloca-se da capacidade técnica e operacional para o engajamento em práticas sociais significativas” (Heinsfeld; Pischetola, 2019, p. 6).

Essa forma de conceber a tecnologia a partir de um viés cultural difere da perspectiva que considera a tecnologia como uma ferramenta, ou seja, como um “artefato técnico” (Heinsfeld; Pischetola, 2019). Tal visão denota uma noção utilitarista dos avanços científicos, baseada no entendimento de que tecnologia, sociedade e cultura encontram-se separadas e independentes, sendo que “[...] a cultura é vista como uma dinâmica de representações; a sociedade, como o conjunto de seus atores; e a tecnologia, como seus artefatos” (Heinsfeld; Pischetola, 2019, p. 4).

A necessidade de se incorporar novas linguagens e novas formas de comunicação está em pauta na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que aponta a importância de desenvolver nos(nas) estudantes uma atitude crítica perante as tecnologias e mídias digitais. De acordo com a BNCC,

[...] é imprescindível que a escola compreenda e incorpore mais as novas linguagens e seus modos de funcionamento, desvendando possibilidades de comunicação (e também de manipulação), e que eduque para usos mais democráticos das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital (Brasil, 2018, p. 61).

No componente curricular de Língua Portuguesa da BNCC é onde se apresenta argumentos a favor de se promover Letramentos Digitais. Nessa parte do documento se afirma que a escola deve contemplar de forma crítica as novas práticas de linguagem e produções, não só na perspectiva de se promover um uso qualificado e ético das TD, mas também para ampliar o debate relacionado a essas práticas e usos, pois é “[...] preciso saber reconhecer os discursos de ódio, refletir sobre os limites entre liberdade de expressão e ataque a direitos, aprender a debater ideias, considerando posições e argumentos contrários” (Brasil, 2018, p. 69).

O incentivo ao uso crítico das TD denota uma preocupação com a qualidade da informação que os/as estudantes estão acessando. Por mais que hoje o acesso à informação esteja sendo facilitado pelo uso das TD, não se pode esquecer o quanto esta informação está cada vez mais fragmentada e frequentemente encontra-se descontextualizada (Sancho, 2014). E, além disso, o fato de “dispor de mais informação não significa contar com os recursos intelectuais e emocionais necessários para dialogar com ela de forma crítica, dar-lhe sentido e convertê-la em um conhecimento que nos possibilite aprender sobre nós mesmos, os outros e o mundo que nos rodeia” (Sancho, 2014, p. 75).

Diante do exposto, para refletir sobre práticas que propiciem a integração entre a Cultura Digital e a educação escolar é que realizamos o estudo que apresentamos neste artigo, cujo objetivo é analisar o conceito de Letramento Digital que fundamenta a política educacional de instituição das escolas de tempo integral denominadas “Escolas do Futuro” pela Prefeitura Municipal de Florianópolis. E é isso que apresentamos na seção seguinte.

2 Método

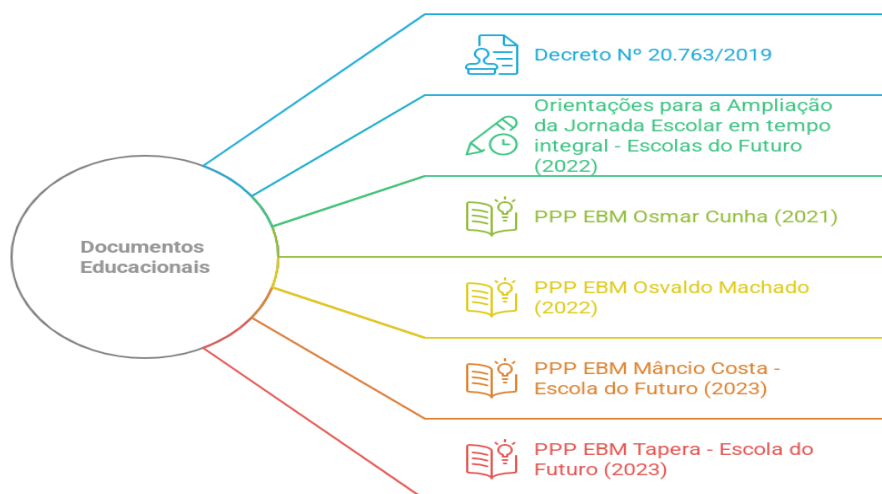
Promover a inclusão de práticas de Letramento Digital na educação básica é um exercício que envolve diversos fatores. Implica considerar a formação (inicial e continuada) de professores e professoras, a estrutura física das escolas, o currículo, assim como implica discutir a legislação responsável por orientar as práticas educativas desenvolvidas nos ambientes escolares.

A opção pela análise de documentos educacionais oficiais justifica-se “[...] por serem eles que interferem nas estruturas sociais em que a escola se instala, nas práticas sociais que ela organiza e nos eventos sociais por ela ativados” (Lima, 2010, p. 118). Desse modo, consideramos que essa escolha nos permite conhecer uma das dimensões do contexto pesquisado. Para a análise dos documentos, recorreremos à metodologia da Análise de Conteúdo (Bardin, 1995), cujos procedimentos metodológicos apresentamos na sequência.

2.1 Seleção dos documentos

A seleção do *corpus* documental da pesquisa obedeceu os critérios estabelecidos por Bardin (1995), a saber: Exaustividade; Representatividade; Homogeneidade e Pertinência. Diante disso, e tendo em mente o objetivo desta pesquisa, selecionamos os seguintes documentos educacionais:

Figura 1 – Documentos Analisados



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Alguns desses documentos estavam disponíveis on-line (Decreto nº 20.763/2019 e o PPP EBM Tapera – Escola do Futuro de 2023). Os demais PPP foram solicitados às escolas, por *e-mail*, ou pelo aplicativo WhatsApp. O documento intitulado “Orientações para a ampliação de jornada escolar em tempo integral/ Escolas do Futuro/2022” (Florianópolis, 2022) foi adicionado ao *corpus* da pesquisa depois de uma conversa informal com a diretora de uma das escolas. Os PPP foram obtidos entre os meses de março e maio de 2023 e, embora tenham datas de publicação diferentes, esses são os PPP vigentes naquele ano letivo.

Durante a leitura dos PPP das Escolas do Futuro, constatamos algumas especificidades que consideramos relevantes para esta pesquisa. A EBM Tapera – Escola do Futuro, localizada no bairro da Tapera, é uma escola nova, que desde o início de sua construção, em 2018, foi concebida com uma proposta de ensino diferenciado, inovador, em tempo integral e de múltiplas linguagens. Já as escolas EBM Mâncio Costa, localizada em Ratoões, e EBM Osvaldo Machado, localizada em Ponta das Canas, apesar de estarem localizadas em prédios recentemente construídos e inaugurados, respectivamente, em fevereiro de 2020 e em março de 2021, apresentam projetos pedagógicos que são continuidade de anos anteriores e que testemunham um longo processo de construção do fazer pedagógico e de constituição da escola. Essa particularidade também é observada na EBM Osmar Cunha, localizada em Canasvieiras, a única diferença é que essa escola, desde 2019 até o início de 2021, passou por uma reforma geral da estrutura física, que alterou significativamente seus espaços, sobretudo por causa da construção de um prédio novo, finalizado em março de 2021.

2.2 Organização da Análise de Documentos

O processo de análise desenvolvido nesta pesquisa teve início com a “leitura flutuante” dos documentos, que foi fundamental para a sistematização das primeiras ideias. Em seguida, iniciamos a “exploração do Material” – que consiste na seleção das unidades de análise, ou seja, a identificação de segmentos específicos do conteúdo no qual será feita a análise (Bardin, 1995). Durante essa etapa aconteceu a codificação, que nada mais é do que a transformação dos dados brutos do texto em uma

representação do conteúdo (Bardin, 1995). Em seguida, nos concentramos em observar duas das “regras de enumeração” indicadas por Bardin (1995): a presença ou ausência de elementos de significação; e a frequência da aparição de um registro.

Os dados que emergiram da leitura minuciosa dos textos foram registrados na tabela 1, na qual organizamos as informações de maior relevância para a pesquisa, de modo a facilitar a realização da próxima etapa do processo de análise de conteúdo: o tratamento dos resultados.

Tabela 1 – Frequência da aparição de unidade de registro

	Decreto nº 20.763/2019	Orientações para as Escolas do Futuro	PPPEBM 1	PPPEBM 2	PPPEBM 3	PPPEBM 4
Educação Integral/ Formação Integral	02	10	01	03	05	09
Educação em tempo integral	04	18	-	-	06 ³	06
Cultura Digital	-	-	-	-	01	01
Tecnologias Digitais / TDIC	-	-	-	-	-	05
Tecnologia(s)	-	05	12	12	12	-
Letramento Digital	01	02	-	-	02	03
Multiletramentos	-	-	-	-	-	04
Educação para as mídias	-	01	08	01	-	-
Mídia-Educação/ Educomunicação	-	03	-	-	06	01
Novos Letramentos	-	-	-	-	-	-
Ensino híbrido	01	-	16 ⁴	-	01	02
Projeto educacional inovador ⁵	01	03	-	01	02	07
Inovação(ções)/ Inovar	-	05	-	-	03	03
Robótica	-	01	-	-	-	04
Maker	-	02	-	02	05	22 ⁶
Cidadania Digital	-	-	-	-	-	04 ⁷

³ No PPP da EBM 3, não aparece o termo “educação em tempo integral” e sim “ensino integral” e “jornada do turno integral”.

⁴ Há uma quantidade elevada de menções ao termo “ensino híbrido” no PPP da EBM 1 por conta da organização da escola para o enfrentamento da Pandemia de Covid-19.

⁵ Nas Orientações para as Escolas do Futuro, constam os termos “inovar a prática pedagógica” (p. 7) e “inovar práticas curriculares” (p. 2 e p. 6)

⁶ A elevada menção ao termo “maker” deve-se à disponibilização no PPP da EBM 4 – Escola do Futuro do calendário das atividades escolares.

⁷ No PPP EBM 4, o termo “cidadania digital” é mencionado duas vezes, no entanto, localizamos outros dois registros que indicam sua presença a nível semântico: na p. 41, “[...] cidadania, de maneira a compreender as questões científicas e

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Na apresentação dos dados e na análise dos PPP, optamos por não mencionar os nomes das escolas, para evitar comparações, já que esse não é o objetivo deste trabalho.

Após esse levantamento, iniciamos o tratamento dos resultados, etapa que envolve a criação de categorias – que nesta pesquisa foram criadas a posteriori. Para o processo, utilizamos como referência a Tabela 1 para agrupar as unidades de registro que se relacionavam entre si, conforme indicamos no Quadro 1:

Quadro 1 – Elaboração de Categorias

Temas	Categorias
Escolas de tempo Integral, Educação (formação) Integral	Educação (em tempo) Integral
Cultura Digital; Tecnologias Digitais / TDIC; Tecnologia(s); Letramento Digital; Multiletramentos; Educação para as mídias/ Mídia-Educação/ Educomunicação; Novos Letramentos; Maker; Cidadania Digital; Ensino híbrido; Robótica.	Práticas Educativas com e sobre as Tecnologias Digitais
Projeto educacional inovador; Inovação(ções)/Inovar	Práticas Educativas Inovadoras

Fonte: Elaborado pelas autoras.

As três categorias criadas a partir da leitura dos documentos apontam para três eixos temáticos, no entanto, para este artigo, focaremos na análise da categoria “Práticas Educativas com e sobre as Tecnologias Digitais”, que está diretamente relacionada ao objetivo deste artigo: analisar de que forma o conceito de Letramento Digital se apresenta nos documentos.

tecnológicas”, e na p. 51, ao propor “[...] atividades de criação e autoria (online e offline) para que sintam-se pertencentes e atuantes em sua comunidade e atuem com responsabilidade e criticidade nas redes, criando mecanismos de leitura da realidade e de exercício da cidadania”.

3 Análise dos dados

Após a criação das categorias, realizamos o processo de inferência, que, segundo Bardin (1995, p. 39), é a “[...] operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras”. Por uma questão de organização, consideramos importante proceder à análise dos documentos, separando-os em dois blocos: a) documentos educacionais (Decreto nº 20.763/2019 e Orientações Para as Escolas do Futuro); e b) Projetos Político-Pedagógico das Escolas do Futuro de Florianópolis.

3.1 Análise de documentos educacionais: Decreto nº 20.763/2019 e Orientações para a ampliação de jornada escolar em tempo integral e Escolas do Futuro

3.1.1 Decreto nº 20.763/2019

O Decreto nº 20.763, assinado em outubro de 2019, institui na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis o modelo de Unidade Educativa denominado “Escola Do Futuro”. O decreto possui 3 páginas e é composto por 7 artigos.

Começamos nossa análise pelo inciso 1º do Art. 1º, que destaca a intencionalidade de se promover uma formação integral emancipatória⁸:

§ 1º As Escolas do Futuro são em tempo integral e múltiplas linguagens (Língua Portuguesa, Inglês, Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e **Letramento Digital**) tendo por objetivo propiciar a formação de indivíduos autônomos, críticos, com enfoque na **formação humana integral e que tenha a emancipação como meta**. (Florianópolis, 2019a, Art. 1º § 1º, grifos nossos).

⁸ De acordo com Paulo Freire, a emancipação é “o elemento fulcral da constituição do ser humano na perspectiva de desenvolvimento de todas as potencialidades”. Esta concepção tem como base a ideia do “ser mais”, uma capacidade inerente à todas as pessoas, mas que caberia à educação emancipadora propiciar as condições para o seu desenvolvimento, superando os processos de opressão, as determinações culturais, sociais, econômicas e os condicionamentos históricos, desenvolvendo assim, todas as potencialidades de cada indivíduo (Comitê Editorial, 2020).

Na escrita desse texto, coloca-se a emancipação como uma meta a ser alcançada. De acordo com Freire (1979, p. 11), o compromisso com a emancipação humana e sua libertação não pode “prescindir da ciência e nem da tecnologia” com as quais é possível se instrumentalizar “[...] para melhor lutar por esta causa”. Sendo assim, e tendo em vista que pensar uma formação humana integral no contexto contemporâneo requer refletir e problematizar a influência que a cultura digital exerce sobre a sociedade (Santaella, 2020), parece pertinente que, entre as aprendizagens que serão desenvolvidas nas Escolas do Futuro, conste o “Letramento Digital”.

Vale aqui destacar que promover o Letramento Digital significa ir além de uma questão funcional ou instrumental de saber usar as TD. Segundo Buckingham (2010), crianças e jovens, além de saberem como usar o computador e fazer pesquisas na *web*, precisam saber avaliar e usar de forma crítica as informações disponíveis nas mídias digitais, para, assim, transformá-las em conhecimento. Para isso é necessário que saibam “[...] fazer perguntas sobre as fontes dessa informação, os interesses de seus produtores e as formas como ela representa o mundo, compreendendo como estes desenvolvimentos tecnológicos estão relacionados a forças sociais, políticas e econômicas mais amplas” (Buckingham, 2010, p. 49).

Como foi possível observar nesse documento, o Letramento Digital será uma das linguagens que serão desenvolvidas nas práticas educativas no intuito de formar indivíduos autônomos e críticos. A maneira como o Letramento Digital será trabalhado nas Escolas do Futuro é uma questão que será verificada nos outros documentos que compõem esta pesquisa, os quais apresentamos a seguir.

3.1.2 Orientações para a Ampliação de Jornada Escolar em Tempo Integral e Escolas do Futuro

Documento elaborado pela Diretoria de Educação Fundamental, vinculada à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Florianópolis, cujo objetivo é “[...] subsidiar e fomentar práticas curriculares voltadas à consolidação de uma proposta de educação integral no âmbito das unidades educativas de ensino fundamental na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis” (Florianópolis, 2022, p. 2), as Orientações para a Ampliação de Jornada Escolar em Tempo Integral e Escolas do Futuro buscam organizar o desenvolvimento das atividades pedagógicas, por meio de oito “Campos de Desenvolvimento”,

os quais se baseiam em experiências de ampliação de jornada escolar em tempo integral no Brasil e, sobretudo, em experiências vivenciadas no ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (Florianópolis, 2022).

No campo “Educomunicação e Cultura Maker (Letramento Digital)” é onde estão concentradas as discussões relacionadas às práticas educativas *com* e *sobre* as tecnologias digitais:

[...] prevê a realização de atividades voltadas ao trabalho colaborativo que fomenta nos estudantes o protagonismo e o espírito empreendedor, onde possam desenvolver soluções criativas para os problemas em suas comunidades, tendo a cultura maker como suporte e fazendo uso das mais diversas linguagens (oral, escrita e audiovisual). As atividades deste Campo de Desenvolvimento devem possibilitar trabalhos que favoreçam a formação científica e tecnológica, além da troca de experiências comunicativas e vivências na e com a comunidade escolar. As atividades deverão oportunizar aos estudantes o exercício da criatividade, da criticidade, do protagonismo, da aprendizagem ativa e colaborativa. Neste Campo de Desenvolvimento podem ser desenvolvidas as seguintes atividades: atividades científicas; jornais escolares; animação (stop motion); gamificação; programação; rádio escola; fotografia; mídias sociais; robótica; dentre outras (Florianópolis, 2022, p. 09).

É interessante notar que o título desse “Campo de Desenvolvimento” e os exemplos de atividades propostas para serem desenvolvidas contemplam as duas perspectivas sobre as tecnologia digitais descritas por Heinsfeld e Pischetola (2019): por um lado, temos atividades que exploram o potencial educativo do campo da comunicação, as quais poderiam ser trabalhadas pelas TD sob a perspectiva “sociocultural” (jornais e rádios escolares, gamificação, fotografia, e mídias sociais); e, do outro lado, temos atividades que trabalham as TD do ponto de vista de “artefato técnico” (atividades científicas, animação – *stop motion* –, programação).

Contudo, se atentarmos para o que está escrito na primeira frase do parágrafo, notamos que as tecnologias (digitais) são vistas sob a perspectiva de “artefato técnico”, uma vez que prevê que as atividades que serão realizadas visam fomentar nos(nas) estudantes “[...] o protagonismo e o espírito empreendedor, onde possam desenvolver soluções criativas para os problemas em suas comunidades, tendo a cultura maker como suporte e fazendo uso das mais diversas linguagens (oral, escrita e audiovisual)”. Diante disso, entendemos que o foco das atividades está no trabalho *com* as tecnologias, de modo a promover nos(nas) estudantes habilidades necessárias para a criação de soluções para as

demandas da sociedade, ou seja, a formação está voltada para a criação de inovações tecnológicas que fazem girar a economia capitalista.

Ademais, observamos que no título aparece o termo “Letramento Digital” entre parênteses, o que pode denotar que as atividades relacionadas à “educomunicação” e à “cultura Maker” serão realizadas com vistas a promovê-lo. Porém, como isso não está escrito, dependerá da interpretação que será dada pelos/as gestores/as escolares e professores/as responsáveis por implementar as atividades. Nesse sentido, entendemos que o documento, em certa medida, se revela contraditório ao anterior, cujo foco está na “formação humana integral e que tenha a emancipação como meta” (Florianópolis, 2019a).

3.2 Projetos Político-Pedagógico (PPP) das Escolas do Futuro de Florianópolis

Segundo a Resolução nº 01/2019⁹, os PPP são documentos que “[...] revelam a autonomia e a autoria da respectiva Unidade Educativa no que se refere à constituição de sua identidade e de sua organização do trabalho pedagógico” (Florianópolis, 2019b). Esses documentos têm como pressupostos os referenciais teóricos que explicitam a concepção filosófica, política, socioantropológica e pedagógica das comunidades às quais se destinam, respeitando os princípios vigentes na legislação educacional voltados à educação básica, em âmbito nacional (Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Resoluções, Pareceres e Diretrizes do Conselho Nacional de Educação), assim como a legislação em âmbito municipal (Diretrizes, Resoluções e Orientações Curriculares direcionadas à Rede Municipal de Ensino de Florianópolis e resoluções do Conselho Municipal de Educação de Florianópolis)(Florianópolis, 2019b).

3.2.1 PPP EBM 1

⁹ Resolução nº 01/2019 – Fixa normas e diretrizes para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico e Regimento das Instituições de Educação integrantes do Sistema Municipal de Ensino do Município de Florianópolis. Disponível em: https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/04_05_2020_17.48.41.f2be336b5b686f63d3a8b3999a93aeb.pdf.

No PPP da EBM 1 localizamos alusão à Cultura Digital na parte do documento que apresenta a “Sala Informatizada (SI)”, a qual é definida como “[...] uma sala de aula diferente, com diferentes mídias e tecnologias, desde o quadro branco até o projetor multimídia” e cuja “[...] diversidade contribui para que possamos planejar aulas diferentes, com o objetivo de promover a construção coletiva e partilhada do conhecimento entre educadores e educandos” (PPP EBM 1, 2021, p. 40).

Na descrição dos objetivos específicos da sala informatizada, localizamos referências a “Ministrar aulas às turmas dos anos iniciais, com atividades voltadas para alfabetização, letramento e pensamento lógico, utilizando softwares educacionais, os programas disponíveis no Linux e jogos educacionais” (PPP EBM 1, 2021, p. 43). Parece-nos que a alfabetização/letramento mencionada no texto se refere ao uso do computador como um suporte técnico, utilizado para a realização dessas atividades, e que, portanto, não corresponde ao conceito de alfabetização/letramento digital que nos referimos neste artigo, o qual diz respeito às práticas que permitem a estudantes e a docentes interagirem com as tecnologias e estarem conscientes das possibilidades e das repercussões que elas têm em suas vidas (Pretto; Bonilla, 2022).

No entanto, podemos supor que há uma disposição da escola em promover atividades relacionadas à ideia de “Letramento Digital”, quando analisamos, uma outra parte do documento – a página 41 –, em que se discute a implantação do conteúdo “Educação para Mídias” nas escolas municipais de Florianópolis (Lei nº 8623/2011), cujo objetivo de “[...] educar e orientar estudantes sobre a forma de atuação dos meios de comunicação, com o objetivo de estabelecer um relacionamento proveitoso e positivo entre os estudantes e o universo midiático” (PPP EBM 1, 2021, p. 41).

A preocupação com a influência das mídias e das tecnologias na vida dos/as estudantes é destacada na parte do documento que apresenta sua definição de mídia:

A mídia é fonte de informação, entretenimento, oferece recursos para conversas, identificação, reconhecimento ou não, na medida em que selecionamos e avaliamos as imagens, sons, movimentos e narrativas que vivenciamos por meio de suas interfaces imagéticas e/ou sonoras. **Precisamos sempre discutir a presença das mídias e das tecnologias em nossa sociedade e promover debates com nossos educandos, visando fornecer ferramentas e conhecimentos válidos para que eles possam saber escolher e avaliar esse turbilhão de informações a que têm acesso diariamente, a fim de que consigam eleger as que realmente são importantes e significativas, além de entender que nem sempre as mídias e as tecnologias promovem mudanças benéficas** (PPP EBM 1, 2021, p.42, grifos nossos).

Observamos neste texto a intenção de se promover um Letramento Midiático e, paralelamente, um Letramento Digital. Entendemos que o PPP da EBM 1, ainda que não tenha mencionado explicitamente o conceito de Letramento Digital, o considera como um elemento importante de ser trabalhado com os/as estudantes, já que afirma que é preciso “[...] fornecer ferramentas e conhecimentos válidos para que eles possam saber escolher e avaliar esse turbilhão de informações a que têm acesso diariamente” (PPP EBM 1, 2021, p. 42).

3.2.2 PPP EBM 2

No PPP da EBM 2 não localizamos termos comumente associados à Cultura Digital (TD, mídias digitais ou internet), mas podemos supor sua presença na parte do documento que brevemente descreve as atividades realizadas na Sala Informatizada.

Se faz necessário colocar em prática ações que auxiliem no bom aproveitamento das tecnologias para que as mesmas sejam instrumentos favoráveis à aprendizagem. As **tecnologias educacionais** precisam estar em constante avaliação com suas técnicas, e o aprendizado deve estar pautado num trabalho colaborativo, e a metodologia deve oportunizar os educandos e os educadores a explorarem a criatividade e o diálogo, onde o conhecimento vai sendo continuamente construído [...]. **Os trabalhos realizados na Sala Informatizada procuram abranger todas as turmas da escola, dando oportunidade, através:** -Do trabalho em aulas expositivas, dialogadas, com o auxílio de imagens e sons. -Dos trabalhos a serem propostos e executados utilizando-se programas para elaboração de textos, apresentações eletrônicas, construção de planilhas, tabelas e gráficos, jogos educativos, entre outros. -De planejamentos de pesquisa para conhecimento e aprofundamento de determinados assuntos, podendo ser a pesquisa individual ou em grupo. -Da construção de algum produto final de um determinado projeto (elaboração de livros, folders, CDs, vídeos, criação de blogs, etc.). As atividades e projetos que acontecem na escola são divulgados periodicamente no blog da escola (PPP EBM 2, 2022, p.33, grifos nossos).

Contudo, até mesmo nessa parte do texto, somente identificamos o termo “tecnologias educacionais”. Discussões relacionadas ao tema do Letramento Digital não foram identificadas no PPP da EBM 2.

3.2.3 PPP EBM 3

O PPP da EBM 3 mostra mais aderência ao modelo “Escola do Futuro” do que os dois PPP analisados anteriormente. Destaca-se nesse documento a preocupação com o desenvolvimento dos variados letramentos que a sociedade contemporânea demanda:

é importante fazer com que o estudante se adapte criticamente à nova realidade de extensão social dos mais variados meios de comunicação, em decorrência dos avanços tecnológicos das últimas quatro décadas [...]. É necessário criar mecanismos de desenvolvimento da capacidade de maior compreensão dessas formas de comunicação, evitando que o estudante seja apenas um receptor passivo: ele precisa discutir a mensagem, postando-se ativamente diante das situações criadas (PPP EBM 3, 2023, p. 27).

Entretanto, na página seguinte do documento, quando se apresenta o título “Letramento Digital - Educomunicação e Movimento Maker”, o que vemos é que a preocupação com uma “formação crítica da recepção e da produção midiática” divide espaço com o “Movimento Maker”:

Tendo em vista o desenvolvimento do letramento digital, a Educomunicação utiliza o aprimoramento das diversas linguagens (oral/sinalizada, escrita e audiovisual), por meio de atividades que possibilitem uma formação crítica da recepção e da produção midiática. Neste contexto surge, também, o Movimento Maker, o qual consiste em uma das tendências de práticas que se originou exatamente da formação de grupos de pessoas com interesses similares, que focam no compartilhamento de ideias para melhoria e aprofundamento dos conhecimentos sobre um produto qualquer, no sentido de melhorá-lo e de facilitar sua produção em diversos mercados.

A cultura maker preza pelo desenvolvimento do espírito investigativo, da capacidade de inovação e de habilidades para a resolução de problemas, que podem ser de variados níveis de complexidade e de distintas naturezas. Além disso, visa ampliar e oportunizar aos estudantes, condições para o desenvolvimento de habilidades e competências ligadas à lógica, noção espacial, pensamento matemático, trabalho em grupo, organização e planejamento de projetos interdisciplinares, criatividade, autonomia e protagonismo social (PPP EBM 3, 2023, p. 28).

Nesse sentido, observa-se que o foco do trabalho com as TD na escola será direcionado na perspectiva da “cultura maker”, prevalecendo, assim, uma abordagem que valoriza uso das tecnologias digitais como recursos técnicos, mas sem deixar de lado a problematização sobre o uso crítico desses recursos.

Portanto, observamos nesse documento que as TD serão trabalhadas sob a perspectiva de “artefatos socioculturais” – observada na página 27 – e também sob a perspectiva de “artefato técnico” – como está mencionado na página 28. Por um lado, destaca a importância de uma educação escolar que auxilie crianças e jovens a entenderem o funcionamento das tecnologias digitais e como usá-las a seu favor e em benefício da sua comunidade. Por outro lado, afirma a relevância de se promover atividades relacionadas à “cultura maker”, que está mais focada na inovação tecnológica e cujo objetivo principal é estimular a criatividade dos(das) estudantes para a produção de materiais/produtos/tecnologias que atendam alguma demanda da escola ou da comunidade.

3.2.4 PPP EBM 4

Ao analisar o documento da EBM 4, foi possível perceber um completo alinhamento com o Decreto nº 20.763/2019 e com as “Orientações para a Ampliação de Jornada Escolar em Tempo Integral e Escolas do Futuro”, como podemos observar no trecho a seguir:

Partindo das reflexões sobre a cultura digital, os multiletramentos, a cidadania digital e o pensamento computacional na escola, a Oficina Maker deve propor conhecimentos que, **além do desenvolvimento de raciocínio lógico e apropriação de elementos da cultura por meio de práticas como programação** (linguagem computacional), **produção e leitura crítica das mídias**, prototipagem e robótica, **podem auxiliar o/a professor/a e estudantes na resolução de problemas, no levantamento de hipóteses, na leitura e escrita, no desenvolvimento da criatividade e na busca por soluções colaborativas para a comunidade escolar e seu entorno** (PPP EBM 4, 2023, p.50, grifos nossos).

Como vimos anteriormente, a utilização da tecnologia digital enquanto “artefato técnico”, portanto, não é a perspectiva que prevalece no PPP da escola. Em outras partes do documento também

verificamos a presença de uma perspectiva sociocultural, como, por exemplo, no texto que apresenta o “Clube de Inglês”:

A construção da proposta pedagógica das “Escolas do Futuro” aglutina reflexões sobre as potencialidades, os impactos e os desafios lançados pelo uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no universo escolar e fora dele, com foco no contexto de hiperconectividade que vivemos. As atividades a serem realizadas no âmbito do Clube de Inglês serão pautadas em uma **concepção de formação humana integral, na qual a tecnologia se entrelaça ao processo de desenvolvimento omnilateral dos sujeitos, que pressupõe a ampliação crítica do repertório cultural dos estudantes** (PPP EBM 4, 2023, p.45, grifos nossos).

Tal perspectiva também está presente nos objetivos elencados no “Eixo Tecnologia e Inovação” – que conta com as modalidades de “Imprensa Jovem” e “Robótica” –, sobretudo no parágrafo que apresenta as finalidades desses projetos:

As propostas da Oficina [Eixo Tecnologia e Inovação] visam estimular a experimentação, o “saber-se” e “sentir-se capaz” de programar aplicativos, placas de programação ou jogos digitais; **compreender os processos de produção das tecnologias e mídias, como jornal, cinema, rádio e TV, desenvolvendo elementos críticos e criativos da cidadania e cidadania digital** (PPP EBM 4, 2023, p.51, grifos nossos).

Vale destacar que no projeto “Imprensa Jovem” identificamos ações relacionadas à “cidadania digital”, o que consideramos um importante avanço, pois, segundo Lima (2022), esse é um tema pouco trabalhado nas escolas e nas políticas públicas brasileiras. De acordo com Lima (2022, p. 6), em diálogo com Heath (2018)¹⁰ “[...] as escolas devem educar os jovens para desenvolver conhecimentos, cidadania e cidadania digital, com o fim de promover uma sociedade mais inclusiva, garantindo a continuidade da república democrática, num engajamento para a justiça social”.

Lima (2022), analisando a trajetória das políticas públicas para o uso das tecnologias na educação no Brasil, destaca que, apesar da existência de vários programas – que a cada momento privilegiam uma determinada tecnologia –, o foco recai sempre no mesmo ponto: nos equipamentos. Segundo a autora, a

¹⁰ HEATH, M. K. What kind of (digital) citizen? A between-studies analysis of research and teaching for democracy. **International Journal of Information and Learning Technology**, [S.l.], v. 35, n. 5, p. 342-356, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJILT-06-2018-0067>.

prioridade está na aquisição de equipamentos e na infraestrutura e não em outros aspectos que podem contribuir no processo de ensino-aprendizagem, como, por exemplo, “[...] qual é o propósito desse uso? Como será a formação dos professores e equipe gestora para seu uso? Com qual visão de formação essa tecnologia será utilizada?” (Lima, 2022, p. 9).

Diante disso, entendemos que o papel das TD para promover uma formação voltada para o pleno exercício da cidadania e da cidadania digital fica comprometido na forma como vem sendo trabalhado nas políticas públicas brasileiras. Esse panorama, no entanto, vem sofrendo algumas alterações, sobretudo depois da aprovação da Lei nº 14.533/2023, que instituiu a Política Nacional de Educação Digital (PNED). Criada com o intuito de ampliar as políticas públicas de acesso da população brasileira aos recursos e às ferramentas digitais, a Lei nº 14.533/2023 confirma a necessidade da implementação de uma educação integrada à cultura digital, ao apresentar, em seu art. 3º, o eixo “Educação Digital Escolar”, cujo objetivo é “[...] garantir a inserção da educação digital nos ambientes escolares, em todos os níveis e modalidades, a partir do estímulo ao Letramento Digital e informacional e à aprendizagem de computação, de programação, de robótica e de outras competências digitais” (Brasil, 2023).

O eixo “Educação Digital Escolar” é constituído por dez estratégias prioritárias, dentre elas destacamos a estratégia número dois, que apresenta o seguinte texto: “[...] promoção de projetos e práticas pedagógicas no domínio da lógica, dos algoritmos, da programação, da ética aplicada ao ambiente digital, no letramento midiático e da cidadania a era digital” (Brasil, 2023, p. 2). Essa estratégia é reforçada pela estratégia número nove, que prevê a “[...] promoção da formação inicial de professores da educação básica e da educação superior em competências digitais ligadas à cidadania digital e à capacidade de uso de tecnologia, independente de sua área de formação” (Brasil, 2023, p. 2).

Nesse sentido, podemos observar que a oferta de uma educação escolar comprometida com uma formação para a cidadania e a cidadania digital está tendo seu devido encaminhamento em políticas públicas brasileiras, de modo que nos resta acompanhar de que forma essas medidas serão adotadas pelas redes de ensino e escolas.

Diante disso, vale mencionar que observamos que o PPP da EBM 4 já se mostra alinhado às determinações da supracitada lei, conforme verificamos no projeto “Imprensa Jovem”, cujo objetivo é

[...] propiciar aos estudantes momentos de reflexão sobre a própria realidade através da leitura, interpretação de texto, pesquisa e produção textual, criando e atuando em diferentes formatos de mídia (...), relacionando-os à cultura e ao currículo, **à segurança nas redes e ao direito à comunicação, transformando o espaço escolar em lugar de produção de conteúdo de qualidade, que articule discussões sobre a realidade social dos estudantes, professores e comunidade em geral. Busca elaborar junto aos estudantes, atividades de criação e autoria (online e offline) para que sintam-se pertencentes e atuantes em sua comunidade e atuem com responsabilidade e criticidade nas redes, criando mecanismos de leitura da realidade e de exercício da cidadania** (PPP EBM 4, 2023, p. 50, grifos nossos).

Do excerto citado, destacamos ainda um outro aspecto: “a segurança nas redes”, o qual também é contemplado no PNED, no art. 3º, inciso IV, que menciona que os direitos digitais envolvem “[...] a conscientização a respeito dos direitos sobre o uso e o tratamento de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), a promoção da conectividade segura e a proteção dos dados da população mais vulnerável, em especial crianças e adolescentes” (Brasil, 2023, p. 2).

De acordo com Mike Ribble¹¹ (*apud* Andrade; Texeira; Canavez, 2022), a segurança digital (preocupação com a segurança pessoal e da sua rede de contatos) é um dos nove elementos da educação para a cidadania digital. Os outros elementos são: direito digital (regras e limitações ao comportamento no ciberespaço); etiqueta digital (padrão de conduta para usuários da internet), alfabetização digital (capacidade de saber como participar do mundo digital e saber pesquisar e identificar fontes confiáveis), comunicação digital (saber se comunicar apropriadamente utilizando os mais variados meios de comunicação), direito ao acesso (inclusão digital), comércio digital (direitos do consumidor em ambiente digital), saúde e bem-estar digital (manutenção da integridade física e psicológica dos usuários de TD), direito e responsabilidade digital (direitos à liberdade de expressão e à privacidade) (Andrade; Texeira; Canavez, 2022).

Diante do que foi exposto, consideramos que o PPP da EBM 4 está alinhado ao modelo “Escola do Futuro”, no que diz respeito ao desenvolvimento de práticas *com* e *sobre* as tecnologias digitais. Ademais,

¹¹ Segundo Andrade, Texeira e Canavez (2002), Mike Ribble é uma das referências em cidadania digital do mundo, sendo citado recorrentemente por pesquisadores do campo da educação. No livro *Digital Citizenship in Schools* (Cidadania Digital nas Escolas), publicado em 2007, Mike Ribble e Gerald Bailey desenvolveram a teoria dos nove elementos para promover o conceito de cidadania digital em uma perspectiva pedagógica. RIBBLE, Mike; BAILEY, Gerald. *Digital citizenship in schools*. Washington: ISTE, 2007.

foi possível observar nesse documento um compromisso com o Letramento Digital, por meio do qual se buscará desenvolver uma formação voltada para a Cidadania Digital.

3.3 Documentos Educacionais e PPP: diálogos possíveis

Após a análise dos documentos, parece-nos oportuno apresentar uma síntese das informações mais relevantes, para, desse modo, facilitar a visualização de aproximações dos PPP com os documentos educacionais que orientam a sua elaboração.

A partir do que foi apresentado, constatamos que os PPP das Escolas do Futuro apresentam propostas diferentes para se alinharem às orientações previstas no Decreto nº 20.763/2019 e nas Orientações Para as Escolas do Futuro, quanto ao Letramento Digital: em dois deles – PPP EBM 1 e PPP EBM 2 –, as discussões sobre esse tema aparecem de forma superficial ou não foram identificadas. Nos outros dois – PPP EBM 3 e PPP EBM 4 –, esse tema está presente de maneira mais evidente.

O PPP da EBM 3, no tópico “Letramento Digital – Educomunicação e Movimento Maker”, observamos que a preocupação com uma “formação crítica da recepção e da produção midiática” divide espaço com o “Movimento Maker”. O documento destaca, por um lado, a importância de uma educação escolar que auxilie crianças e jovens a usar as TD a seu favor e em benefício da sua comunidade e, por outro lado, afirma a relevância de se promover atividades relacionadas à “cultura maker”, cujo objetivo principal é estimular a criatividade dos(das) estudantes para a produção de materiais/produtos/tecnologias que atendam alguma demanda da escola ou da comunidade. No PPP da EBM 4, observamos em alguns trechos do documento a utilização da tecnologia digital enquanto “artefato técnico”, no entanto, essa não é a perspectiva predominante. Em outras partes do documento também verificamos a presença de uma perspectiva sociocultural, como é o caso do projeto “Imprensa Jovem”, no qual identificamos ações relacionadas à “cidadania digital”.

A partir da análise dos quatro PPP, parece que há um problema na implementação do Decreto nº 20.763/2019 e das “Orientações Para as Escolas do Futuro”, pois duas escolas apresentam propostas bem alinhadas a essas políticas educacionais, enquanto outras duas não. Desse modo, notamos a necessidade de promover ações que tragam um direcionamento para o trabalho que se pretende desenvolver, sendo

que, do nosso ponto de vista, o investimento com a formação dos profissionais que atuam nessas escolas seria um bom caminho para a efetivação do modelo educacional proposto nos documentos de criação e de implementação das Escolas do Futuro de Florianópolis.

4 Considerações Finais

Neste artigo propomos analisar o conceito de Letramento Digital presente na política educacional que institui as escolas de tempo integral, denominadas “Escolas do Futuro”, pela Prefeitura Municipal de Florianópolis. Para atingir tal objetivo, utilizamos como metodologia de pesquisa a Análise de Conteúdo, a partir do que analisamos o Decreto nº 20.763/2019, que institui o modelo de unidade educativa “Escola do Futuro”; as Orientações para a ampliação de jornada escolar em tempo integral e Escola do Futuro (Florianópolis, 2022) e os Projetos Político Pedagógicos (PPP) das quatro Escolas do Futuro.

Nesses documentos foi possível observar que dois PPP – da EBM 3 e da EBM 4 – apresentam propostas alinhadas às políticas educacionais expressas no Decreto nº 20.763/2019 e nas Orientações para a ampliação de jornada escolar em tempo integral e Escola do Futuro, enquanto outros dois PPP não tiveram mesma aderência, como foi o caso do PPP da EBM 1 e do PPP EBM 2. Desse modo, parece apropriado promover ações mais pontuais, que expressem de forma mais objetiva um direcionamento para o trabalho que se pretende desenvolver. Além disso, acreditamos que o investimento com a formação continuada dos profissionais que atuam nessas escolas – professores(as), orientadores(as), supervisores (as), diretores(as) – seria uma alternativa para a efetivação do modelo educacional proposto nos documentos de criação e de implementação das Escolas do Futuro de Florianópolis.

O conceito de Letramento Digital está muito evidente no PPP da EBM 4 – o qual afirma um compromisso com o Letramento Digital, por meio do qual se buscará desenvolver uma formação voltada para a Cidadania Digital. No entanto, apesar de estar presente no Decreto nº 20.763/2019, nas Orientações para a ampliação de jornada escolar em tempo integral e Escola do Futuro e também no PPP da EBM 3, não teve um aprofundamento, sendo que a maioria desses documentos apenas cita o termo “Letramento Digital”, sem trazer maiores informações sobre o conceito e a sua importância na vida dos cidadãos e das cidadãs e para a manutenção de sociedades democráticas (Lima, 2022).

Diante disso, surgiu a hipótese de que a falta de discussões sobre o Letramento Digital em alguns dos PPP poderia estar ligada à formação dos/das profissionais que trabalham nessas escolas, mas essa informação não foi possível de ser verificada, o que acabou nos revelando um dos limites desta pesquisa. Desse modo, parece-nos que realizar entrevistas com gestores escolares e representantes da Secretaria Municipal de Educação poderia ser uma boa estratégia para acessar outras informações que não foram encontradas nos documentos que foram objetos de análise desta pesquisa. Outra possibilidade de prolongamento desta investigação seria a realização de observações e/ou entrevistas junto aos estudantes e à comunidade escolar dessas escolas, a fim de identificar suas relações com a Cultura Digital e, assim, poder propor ações que propiciem o desenvolvimento do Letramento Digital, tão importante para a formação do cidadão e da cidadã do século XXI.

As discussões sobre o que significa ser cidadão/cidadã na sociedade contemporânea, a propósito, vêm ganhando espaço nas políticas educacionais brasileiras. A presença do conceito de Cidadania Digital em documentos educacionais reflete uma preocupação com as constantes modificações que o uso de TD provocam nos modos de viver em sociedade e na forma como cidadãos e cidadãs participam de processos decisórios e na política em geral (Di Felice *et al.*, 2018). Nesse sentido, torna-se tão importantes as discussões a respeito de uma Educação para a Cidadania Digital, como observamos no PNED e em alguns documentos analisados nesta pesquisa, pois consideramos urgente repensarmos o conceito de cidadania na sociedade contemporânea, sobretudo devido à complexificação das redes digitais que estão modificando o próprio sujeito e sua relação com o global.

Esperamos que este trabalho possa contribuir para que se incentive e se promova o Letramento Digital na educação básica, sobretudo no atual contexto histórico, no qual o uso inapropriado das TD tem colocado em risco a sobrevivência da democracia. O uso das TD para difundir informações que estimulam o discurso de ódio e propagam o medo e a insegurança facilita a instalação de sistemas políticos autoritários, que se anunciam como defensores da liberdade, mas que na verdade a única liberdade que defendem é a liberdade de serem cada vez mais poderosos econômica e politicamente. Por isso, destacamos a importância de conhecer como as TD funcionam, sobretudo as IA Generativas. Ainda que esse seja um trabalho muito complexo, é um trabalho que requer a atenção de todas as pessoas, e do qual a educação escolar não pode se esquivar.

Referências

- ANDRADE, Victor Luiz Pereira de; TEXEIRA, Vanessa Corsetti Gonçalves; CANAVEZ, Luciana Lopes. Buscando um conceito operacional de Cidadania Digital: uma revisão integrativa da literatura estrangeira no pós-Covid-19. **INTER – Revista de Direito Internacional e Direitos Humanos da UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 41-79, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/inter/issue/view/2448>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições70, 1995.
- BRASIL. Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. **Institui a Política Nacional de Educação Digital** e altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2023-2026/2023/Lei/L14533.htm. Acesso em: 26 jun. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#introducao>. Acesso em: 01 jul. 2023.
- BUCKINGHAM, David. Cultura Digital, Educação Midiática e o Lugar da Escolarização. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/13077>. Acesso em: 7 nov. 2023.
- COM ESCOLAS do Futuro, Florianópolis vira referência nacional na Educação. **ND+**, Florianópolis, 29 fev. 2020. Disponível em: <https://ndmais.com.br/educacao/com-escolas-do-futuro-florianopolis-vira-referencia-nacional-na-educacao/>. Acesso em: 19 nov. 2025.
- COMITÊ EDITORIAL. Editorial. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 29, p. 259-266, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1199/pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- DI FELICE, Massimo; PIREDDU, Mario; DE KERCKHOVE, Derrick; BRAGANÇA DE MIRANDA, José; SANCHEZ MARTINEZ, José Alberto; ACCOTO, Cosimo. Manifesto pela Cidadania Digital. **Lumina**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 3–7, 2018. DOI: 10.34019/1981-4070.2018.v12.21565. Disponível em: <https://periodicos.ufff.br/index.php/lumina/article/view/21565>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- FLORIANÓPOLIS. **Decreto Nº 20.763, de 07 de Outubro de 2019**. Institui na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis o Modelo de Unidade Educativa denominado "Escola Do Futuro". Florianópolis, 2019a. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/decreto/2019/2077/20763/decreto-n-20763-2019-fica-instituido-na-rede-municipal-de-ensino-de-florianopolis-o-modelo-de-unidade->

[educativa-denominado-escola-do-futuro#:~:text=%C2%A7%201%C2%BA%20As%20Escolas%20do,tenha%20a%20emancipa%C3%A7%C3%A3o%20como%20meta](#). Acesso em 26 jun. 2024.

FLORIANÓPOLIS. **Orientações para a Ampliação de Jornada Escolar em Tempo Integral e Escolas do Futuro**. Florianópolis: PMF/SME/DEF, 2022.

FLORIANÓPOLIS. **Resolução nº 01/2019**. Fixa normas e diretrizes para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico e Regimento das Instituições de Educação integrantes do Sistema Municipal de Ensino do Município de Florianópolis. Florianópolis, 2019b. Conselho Municipal de Educação, 2019b Disponível em:

https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/04_05_2020_17.48.41.f2be336b5b686f63d3a8b3999a93aeb.pdf. Acesso 26 jun. 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12. ed. Trad. de Moacir Gadotti & Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.

HEINSFELD, Bruna Damiana; PISCHETOLA, Magda. O discurso sobre tecnologias nas políticas públicas em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, p. e205167, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945205167>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/XPSDrBf4TFCSNzfxW9jMWww/#>. Acesso em: 03 maio 2024.

LACERDA, Marcelo de Miranda. **Letramento e emancipação digital cidadã**: cartografias e rastros na constituição de espaços de convivência híbridos e multimodais. 2019. 307 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.iesuita.org.br/handle/UNISINOS/9025>. Acesso em: 17 fev. 2025.

LIMA, Ana Maria Pereira. Uma análise crítica dos documentos oficiais que prescrevem o trabalho do professor. **Revista do GELNE**, [S. l.], v. 12, n. 1/2, p. 126–137, 2010. DOI: 10.21680/1517-7874.2010v12n1/2ID11442. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/11442>. Acesso em: 20 jul. 2023.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira. Formação Humana e Democracia: Relações entre Tecnologias Digitais e Educação. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 31, p. 1–16, jan./dez. 2022. DOI: 10.29286/rep.v31ijan/dez.13411. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/13411>. Acesso em: 16 out. 2023.

PRETTO, Nelson De Luca; BONILLA, Maria Helena Silveira. Tecnologias e educações: um caminho em aberto. **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 35, p. 141-163, 2022. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176->

6673.emaberto.35i113.5085. Disponível em:

<https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/5085>. Acesso em: 01 jun. 2024.

SANCHO, Juana M. ¿Son más listos o más estúpidos? ¿Dónde está la educación?. Hachetetepe. **Revista científica de Educación y Comunicación**, [S.l.], n. 9, p. 71–80, 2014. DOI:

<https://doi.org/10.25267/Hachetetepe.2014.v2.i9.7>. Disponível em:

<https://revistas.uca.es/index.php/hachetetepe/article/view/6258>. Acesso em: 23 may.2024.

SANTAELLA, Lucia. A educação e o estado da arte das tecnologias digitais. In: SALES, Mary V. S. (Org.) **Tecnologias digitais, redes e educação: perspectivas contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2020.

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008100008>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/i/es/a/zG4cBvLkSZfcZnXfZGLzsXb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 maio 2024.

Como citar este artigo:

PALHARIN, Patricia Amelia Martins ; BORGES, Martha Kaschny . “Escolas do Futuro” de Florianópolis e Letramento Digital: o que dizem os documentos normativos?. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 00, e000001, 2025. DOI 10.0000/000000. Disponível em: <https://doi.org/0000>. Acesso em: dd mmm. aaaa.

Financiamento: Durante o estudo a Primeira Autora recebeu bolsa Capes.

Contribuições individuais: Conceituação, Metodologia, Recursos, Software, Visualização, Curadoria dos Dados, Investigação, e Escrita – Primeira Redação: Patricia Amelia Martins Palharin. Análise Formal, Administração do Projeto, Supervisão, Validação, e Escrita – Revisão e Edição: Martha Kaschny Borges.

Declaração de uso de Inteligência Artificial: Durante a preparação deste trabalho, as autoras utilizaram o ChatGPT versão gratuita disponível em fev. 2025, para traduzir o título e o resumo do artigo para os idiomas inglês e espanhol. Também foi utilizado o aplicativo napkin.ai, disponível em <https://www.napkin.ai>, para criar a figura 01, apresentada neste artigo. Após o uso destas ferramentas as autoras revisaram e editaram o conteúdo em conformidade com o método científico e assumem total responsabilidade pelo conteúdo da publicação.

Revisores: Grazielle Nack revisão de Língua Portuguesa; Daniela Capri revisão de ABNT

Sobre as autoras:

Patricia Amelia Martins Palharin é graduada em Licenciatura em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina– UDESC (2021) e mestra em Educação pela mesma instituição. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, com bolsa PROMOP. Fez parte do grupo de pesquisa Educaciber/UDESC de 2022 a 2025 e atualmente é integrante do grupo de pesquisa Cultura Digital e Escola/ UDESC.

Martha Kaschny Borges é graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1991), mestre em Educação pela Université Pierre Mendes France II (1998), mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (1997) e doutora em Educação pela Université Pierre Mendes France II (2001). Foi Presidente e Diretora Técnico-Científico da Fundação Escola de Governo ENA. Atualmente é professora titular da Universidade do Estado de Santa Catarina, professora permanente dos Programas de Pós-Graduação em Educação— PPGE/UDESC e em Administração — ESAG/UDESC. Realizou Estágio Pós- -Doutoral na Université Aix-Marseille, na França, e Estágio Pós-doutoral na Universitat de Barcelona, na Espanha, em 2015. Foi professora convidada da Università degli Studi di Firenze. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente na linha de pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologias, com os seguintes temas: Educação e Cibercultura, Tecnologias Digitais na Educação, Teoria Ator-Rede, Formação de Professores, Processos de Ensino e de Aprendizagem na Cultura Digital, Competências Digitais Docentes.

Recebido em 24 de fevereiro de 2025

Versão corrigida recebida em 1 de dezembro de 2025

Aprovado em 5 de dezembro de 2025